



Setor Privado apoia Precificação de Carbono no Brasil

>> CARTA ABERTA

Somos mais de 400 empresas de diversos setores econômicos que representam 90% do capital transacionado em bolsa no país.

Sabemos que a mudança do clima é um dos maiores desafios a serem enfrentados pela humanidade neste século e que o Acordo de Paris foi fundamental para estabelecer o compromisso internacional para assegurar que o aumento da temperatura global não ultrapasse 2°C, buscando esforços para 1,5°C. Diante desse compromisso, setores público e privado, e sociedade civil tem, conjuntamente, a responsabilidade de liderar os esforços de redução de emissões de gases de efeito de estufa (GEE) e evoluir na construção de uma economia de baixo carbono.

Nós, lideranças empresariais, defendemos o estabelecimento de um mecanismo de precificação de carbono adequado às características da economia e ao perfil de emissões de GEE do nosso país, que incentive investimentos, garanta a competitividade das empresas e estimule a inovação tecnológica de baixa emissão no Brasil. Nesse sentido, mesmo na ausência de um mecanismo público obrigatório de redução de emissões, e entendendo a escala e urgência do desafio acima mencionado, temos realizado importantes esforços para reduzir nossas emissões de GEE. Nos últimos três (3) anos, evitamos a emissão de 31 milhões de tCO₂e com nossos projetos¹, equivalente a cerca de 2% das emissões brasileiras em 2015 e sabemos que podemos fazer mais.

O custo de uma ação tardia é desproporcionalmente superior ao custo de se tratar esse desafio preventivamente. Precisamos agir hoje para alcançar resultados de baixo carbono no longo prazo. Os cenários para o Brasil já demonstram que diversas tecnologias de baixo carbono se viabilizam, apenas, com o estabelecimento de um preço para a emissão de GEE.

¹ Base CDP 2013 a 2016

Nossos países vizinhos como Chile, México, e Colômbia já tem implementados mecanismos domésticos de precificação de carbono, e conjuntamente com Peru vem estabelecendo acordos com jurisdições dos Estados Unidos e Canadá no sentido de desenvolver mecanismos regionais de precificação de carbono que permitam redução substancial no custo de redução de emissões, estimulando maior nível de ambição e lhes colocando em posição de vantagem competitiva no desenvolvimento tecnológico.

A Carbon Pricing Leadership Coalition (CPLC), iniciativa global do Banco Mundial que incentiva a adoção de mecanismos de precificação de carbono, possui uma mensagem clara e que ouvimos: a precificação de carbono é parte indispensável da estratégia de redução eficiente das emissões de GEE. Logo, estabelecer um preço para o carbono será central para o cumprimento do Acordo de Paris e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), garantindo o desenvolvimento e crescimento econômico sustentável.

Nos colocamos à disposição para apoiar, no que for preciso, a implementação de um mecanismo de precificação de carbono adequado para o Brasil², reforçando o explicitado no “Posicionamento sobre mecanismos de precificação de carbono no Brasil – 2016”³ e defendendo:

- i. A inclusão da precificação de carbono nas políticas climáticas;
- ii. A criação de estruturas que apoiem o investimento em ativos de baixo carbono no Brasil, hoje e no futuro, com transparência nas finanças e investimentos;
- iii. A garantia de utilização de ferramentas e métricas que incorporem, de maneira eficaz, os riscos e as oportunidades das emissões de GEE nas avaliações financeiras.

Como empresas líderes desse processo, nos propomos a:

- i. Adotar a precificação interna de carbono como um instrumento para tomada de decisão nos negócios. E sempre que possível, monitorá-los e ajustá-los.
- ii. Colaborar com o setor público e com outras empresas, especialmente com nossa cadeia de valor, por intermédio da divulgação de boas práticas, da troca de experiências e de parcerias, visando seu engajamento no debate.
- iii. Sempre que possível, relatar publicamente nossas iniciativas em prol da precificação do carbono e estimular a cooperação entre todo o setor empresarial, contribuindo para a construção de pontes com outros segmentos sociais e econômicos. O relato público de nossas experiências e resultados devem contribuir para substanciar e compromissos a serem definidos pelo setor público, contribuindo para que o País esteja adequadamente posicionado no mercado internacional.
- iv. Ser porta-vozes dos benefícios ambientais, sociais e econômicos do uso de mecanismos de precificação de carbono e das vantagens que a economia de baixo carbono pode trazer ao Brasil.

² Precificação de Carbono: O que o setor empresarial precisa saber para se posicionar?
<http://biblioteca.cebds.org/precificacao-de-carbono>

³ Posicionamento sobre mecanismos de precificação de carbono no Brasil – 2016
<http://biblioteca.cebds.org/mecanismos-de-precificacao-de-carbono>

Adriano Marcon Duarte
VP Central & South America da DNV GL

André Clark Juliano
Presidente/CEO da Siemens

André Dorf
Presidente do Grupo CPFL Energia

Caio Magri
Presidente do Ethos

Carlos Aidan
CEO Grupo Kronberg

Christian Hunt
CEO da Renobrax

Claudio Lottenberg
CEO da Amil

Denise T. Hills
Presidente da Rede Brasil do Pacto Global

Fabio Schvartsman
Presidente da Vale

Fernando Musa
Presidente da Braskem

Gustavo Zanardi Chicarino
Presidente da TicketLog

Hamilton Amadeo
Presidente da Aegea

José Carlos Loureiro Guimarães Alcantara
CFO da Amil

Juliana Lopes
Diretora do CDP para a América Latina

Marcelo Castelli
Presidente da Fibria

Marina Grossi
Presidente do CEBDS

Mario Monzoni
Coordenador Geral do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV (GVces)

Nour Bouhassoun
Presidente da Michelin América do Sul

Renato Alves Vale
Diretor Presidente do Grupo CCR

Renault Castro
Presidente executivo da Abralatas.

Ricardo Medeiros
Diretor-presidente de Furnas.

Robert Klein
CEO da Voltaia do Brasil

Roberto Waack
Presidente da Fundação Renova

Rodrigo Santos
Presidente da Monsanto do Brasil

Rogério Zampronha
Presidente da Vestas no Brasil

Wilson Ferreira
Presidente da Eletrobras